

PARECER PRÉVIO TC-042/2017 - PRIMEIRA CÂMARA

PROCESSO - TC-3933/2015 (APENSOS: TC-545/2014 E TC-546/2014)

JURISDICIONADO - PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO RIO PRETO

ASSUNTO - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RESPONSÁVEL - CLAUDIA MARTINS BASTOS

EMENTA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2014 –
APROVAÇÃO COM RESSALVA – DETERMINAÇÕES –
ARQUIVAR.**

O EXMO. SR. CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO MARCO ANTONIO DA SILVA:

Cuidam os presentes autos da Prestação de Contas Anual, da Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto, relativa ao exercício de 2014 (GOVERNO), sob a responsabilidade da Sra. Cláudia Martins Bastos, então Prefeita Municipal.

A responsável foi devidamente citada, através da Decisão Monocrática 904/2016-1 e Termo de Citação 866/2016-9, nos termos do Relatório Técnico – RT 78/2016-1 e Instrução técnica Inicial – ITI 322/2016-2, para manifestação sobre os indicativos de irregularidade constantes dos **itens 4.1, 4.2 e 6.1**, trazendo aos autos a documentação de fls. 67-225.

Instada a se manifestar, a área técnica, através da Secretaria de Controle Externo de Contas – Secex Contas, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 2952/2016-3, opinou pela **REJEIÇÃO das Contas** em razão da manutenção do indicativo de irregularidade 4.2, do referido Relatório Técnico (II.II – da Instrução

Técnica conclusiva - ITC), bem como pelo afastamento dos **itens II.I e II.III** da Instrução Técnica Conclusiva - ITC (itens 4.1 e 6.1 do RT).

O Ministério Público Especial de Contas, através do Parecer de fls. 247-258, da lavra do Procurador, Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, divergindo parcialmente da área técnica, pugnou pela **REJEIÇÃO** das Contas, pelo **reconhecimento da inconstitucionalidade do inciso II, do artigo 29, da LDO (item II.I – da Instrução Técnica conclusiva - ITC)**, com expedição de **determinação**.

Assim, vieram os autos a este Magistrado de Contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado da 1ª Câmara deste Egrégio Tribunal de Contas, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC nº 261/2013.

É o sucinto relatório.

V O T O

Da análise dos autos, verifico consonância parcial de entendimento entre a área técnica e o *Parquet* de Contas, tendo eles opinado pela **REJEIÇÃO** das Contas, em razão da manutenção do indicativo de irregularidade 4.2, do Relatório Técnico (item II.II da Instrução Técnica conclusiva - IITC), bem como pelo afastamento dos itens II.I e II.III da Instrução Técnica conclusiva - ITC (itens 4.1 e 6.1-RT), divergindo o Ministério Público Especial de Contas quanto à expedição de determinação, bem como reconhecimento da inconstitucionalidade de dispositivo da LDO (item II.I – da Instrução Técnica conclusiva - ITC).

Assim transcrevo o posicionamento da área técnica, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 2952/2016-3, *verbis*:

[...]

V – CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Foi examinada a Prestação de Contas constante do presente processo, pertinente às contas de governo do município de Dorcas do Rio Preto, referente ao exercício de 2014, formalizada conforme disposições da IN 28/2013.

Tendo em vista o que determina a legislação pertinente, **no que tange ao aspecto técnico-contábil, opina-se pela REJEIÇÃO das presentes contas, na forma do art. 80 da lei complementar 621/12, em função do Item II.II.**

ITEM II.II - ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EXCEDE AO LIMITE AUTORIZADO POR LEI (ITEM 4.2 DO RT 78/16). – (G.N.).

Por seu turno, o douto representante do *Parquet* de Contas, divergiu parcialmente da área técnica, nos termos do Parecer de fls. 247-258, *verbis*:

[...]

3 CONCLUSÃO

Ante os fatos e fundamentos aduzidos, o **Ministério Público de Contas** requer:

3.1 Preliminarmente, *data venia* o posicionamento da Equipe Técnica, **pugna-se pelo reconhecimento da inconstitucionalidade do inc. II, do art. 29 da Lei de Diretrizes Orçamentárias do município de Dorés do Rio Preto, nos termos do art. 176 da Lei Complementar 621/2012;**

3.2 **seja emitido PARECER PRÉVIO recomendando-se ao legislativo municipal de Dorés do Rio Preto a REJEIÇÃO DAS CONTAS da senhora Cláudia Martins Bastos, nos termos do art. 80, III, da Lei Complementar 621/2013 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo), ante a manutenção do seguinte indicativo de irregularidade:**

• ***ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EXCEDENDO O LIMITE AUTORIZADO PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL***

3.3 **seja DETERMINADO ao Poder Executivo Municipal para que divulgue amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a prestação de contas relativa ao exercício financeiro em questão e o respectivo Parecer Prévio, na forma do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº. 101/00).** – (g.n.).

No tocante aos indicativos de irregularidade cujo afastamento foi sugerido pela área técnica, entendo que a análise procedida mostra-se adequada, carecendo apenas de aprofundamento da análise quanto ao item II.I, em face da divergência ministerial, motivo pelo qual a adoto como razão de decidir e **afasto a irregularidade relativa ao item II.III da Instrução Técnica conclusiva - ITC (item 6.1 do relatório Técnico - RT).**

Assim, cumpre a este Relator, o enfrentamento de mérito do único indicativo de irregularidade cuja manutenção foi sugerida pela área técnica, bem como do item 2.1 do Parecer Ministerial, à luz da documentação constante dos autos, das razões de defesa, bem como da legislação e jurisprudência aplicáveis, a saber:

1. EVIDÊNCIAS DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 29 DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS Nº 768/2013 (ITEM 2.1 DO PARECER MINISTERIAL, II.I - ITC E 4.1- RT).

Trata-se do inciso II, do artigo 29, da LDO que autoriza o Poder Executivo a transpor, remanejar ou transferir recursos, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

Ressalta-se que a referida lei não consta do caderno processual próprio, qual seja o Processo TC 546/2014, estando inserida nos autos do Processo TC 545/2014, pertinente à Lei Orçamentária Anual – LOA.

A responsável justificou, em síntese, que houve erro na materialidade do referido dispositivo legal, mas que não serviu de base para ato administrativo ilegal, e que já apresentou proposta de supressão do dispositivo na LDO do exercício de 2017, Lei Municipal nº 810/2016 para a correta regulação da matéria.

O subscritor da Instrução Técnica conclusiva - ITC sugeriu o afastamento da presente irregularidade contra argumentando, em síntese, o seguinte:

- A redação do dispositivo não era coerente ao dispensar a autorização legislativa, pois, ele próprio já estava autorizando o remanejamento, a transposição ou a transferência de recursos orçamentários na forma do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal, sendo dispensável a menção de aprovação legislativa;
- Não há relação entre este item com a abertura de créditos adicionais acima do limite estabelecido na LOA, a ser analisado no próximo item, o qual decorreu de inconformidade daquela lei com o arcabouço legal superior.

O douto representante do *Parquet* de Contas, por seu turno, divergiu do entendimento técnico e pugnou pelo **reconhecimento da inconstitucionalidade do referido dispositivo de lei**, sob os seguintes argumentos:

- Seguindo os ditames do artigo 165, § 2º, da Constituição Federal e do artigo 4º da LRF- Lei Complementar nº 101/2000, é evidente que, dentre as

matérias a serem reguladas pela LDO, **não consta a autorização para transposição, remanejamento ou transferência de recursos;**

- Em verdade, revela-se imprescindível que o Poder Legislativo aprecie a proposta de transposição, remanejamento ou transferência de recursos **somente após a previsão de receitas e a fixação das despesas em sede da LOA**, e por intermédio de lei distinta e específica para tal finalidade.

Verifico, pois, do artigo 29 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que **ele autoriza não somente a transpor, remanejar ou transferir recursos orçamentários (inciso II), mas também a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% do orçamento das despesas**, além de autorizar a suplementação do orçamento com o excesso de arrecadação (incisos II e III).

Constato, no entanto, o cuidado da lei em determinar a observância do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal (inciso II), a legislação vigente e o artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/1964 (incisos I e III).

Ocorre que a Lei Orçamentária Anual - LOA, que é a lei apropriada para tal fim, deveria reproduzir o mesmo dispositivo, como o fez em relação aos créditos adicionais suplementares (incisos I e III da LDO), se eximindo, no entanto, de fazê-lo neste caso, fato que não inviabiliza a autorização legislativa para tal fim, contida na LDO.

Entendo, assim, que razão assiste ao ilustre Procurador de Contas quanto ao fato de não ser a LDO a lei competente para as referidas autorizações previstas no seu artigo 29, devendo a mesma, no papel de **orientadora da elaboração da LOA, somente prever tais autorizações, o que não retira a autorização ainda que não seja a melhor técnica legislativa.**

Por sua vez, com relação ao possível **reconhecimento da inconstitucionalidade do dispositivo de lei ora analisado, entendo que os efeitos da lei foram exauridos com a elaboração da LOA** e com a aplicação de tal dispositivo **até a data de 31/12/2014**, não sendo razoável, neste momento, **o**

julgamento da constitucionalidade ou não, de dispositivo de lei não mais vigente.

Quanto à pretensa evidência de inconstitucionalidade da lei orçamentária, da análise dos autos, adentrando-se à questão suscitada, **não se vislumbra a presença de indício de inconstitucionalidade, passível de análise por essa Corte de Contas**, isto porque o Excelso Pretório já firmou o seguinte entendimento, *verbis*:

[...]

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei federal nº 9.688/98. Servidor público. Cargo de censor federal. Extinção. Enquadramento dos ocupantes em cargos doutras carreiras. **Norma de caráter ou efeito concreto exaurido. Impossibilidade de controle abstrato de constitucionalidade.** Pedido não conhecido. Votos vencidos. **Lei ou norma de caráter ou efeito concreto já exaurido não pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade, em ação direta de inconstitucionalidade.** (STF - ADI: 2980 DF, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 05/02/2009, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJe-148 DIVULG 06-08-2009 PUBLIC 07-08-2009 EMENT VOL-02368-01 – (g.n.).

Outrossim, o Egrégio Tribunal de Justiça de nosso estado também já firmou posição pela impossibilidade de controle de constitucionalidade de norma de efeito concreto, porquanto exaurido, conforme se destaca, *litteris*:

[...]

AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - PRELIMINAR DE OFÍCIO - IMPOSSIBILIDADE DO CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE DE NORMA DE EFEITO CONCRETO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO - ART. 267, VI DO CPC. 1 - A Lei de Diretrizes Orçamentárias, tem sua eficácia especificamente dirigida a uma situação individual e concreta, veiculando um ato materialmente administrativo desprovido de abstração e generalidade. A fiscalização em abstrato da validade de uma norma dentro do ordenamento jurídico, não se coaduna com a apreciação de um caso concreto. 2 - Ausência de interesse de agir na utilização da Adin em face de leis de efeitos concretos. Extinção do processo sem julgamento de mérito. Art. 267, VI do CPC. (TJ-ES - Ação de Inconstitucionalidade: 100030039901 ES 100030039901, Relator: PAULO NICOLA COPOLILLO, Data de Julgamento: 02/06/2005, TRIBUNAL PLENO, Data de Publicação: 17/06/2005) – (g.n.).

Ademais, a responsável, em suas justificativas, informou que já providenciou a correção do erro material na LDO de 2017, Lei Municipal nº 810/2016, não cabendo, no caso, nem mesmo a expedição de determinação no sentido de seja corrigido tal equívoco nas leis futuras.

Posto isto, **divirjo** do entendimento *Parquet* de Contas, deixando de acolher seu opinamento pelo reconhecimento da inconstitucionalidade do inciso II do artigo 29 da LDO, Lei Municipal nº 768/2013, e, acompanhando a área técnica, **afasto a presente irregularidade.**

2. ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES EXCEDE AO LIMITE AUTORIZADO POR LEI – ARTIGO 167, INCISOS I E V DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; ARTIGOS 6º AO 9º DA LOA; ARTIGO 5º, § 4º DA LRF; E ARTIGOS 7º E 42 DA LEI FEDERAL 4.320/1964 (ITEM II.II DA INSTRUÇÃO TÉCNICA CONCLUSIVA - ITC E 4.2 - RT).

Segundo o relato técnico, a Lei Orçamentária Anual – LOA estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 24.550.332,50, tendo autorizado a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 50% do valor total do orçamento, o que equivale a R\$ 12.275.166,25, verificando-se dos arquivos DEMCAD e BALEXO, o total de R\$ 14.816.805,63, resultando o excesso no valor de R\$ 2.541.639,38.

A responsável justificou, em síntese, que não há que se falar em extrapolação do limite, tendo em vista a autorização, concedida pela LOA, de 50% do orçamento geral do município para a Prefeitura, para a Câmara, para o Fundo Municipal de Saúde e para o Instituto de Previdência.

O subscritor da ITC sugeriu a manutenção da irregularidade contra argumentando, em síntese, o seguinte:

- Seguindo o entendimento proveniente da Lei Federal nº 4.320/1964, em seus artigos 7º e 42, a autorização legislativa contida na LOA deve ser para abertura de créditos adicionais pelo Poder Executivo mediante seu próprio decreto.
- A defendente tentou justificar o excedente de créditos adicionais abertos, utilizando-se do fato de a LOA autorizar o limite de 50% do orçamento geral do município, individualmente para cada unidade gestora, o que desfigura completamente o mandamento do artigo 7º, da Lei Federal nº 4.320/64, restando sem fundamentação legal, os créditos adicionais abertos no montante de R\$ 2.541.639,38.

Por seu turno, o ilustre Procurador de Contas acrescentou que a abertura de créditos adicionais, em valor excedente ao autorizado pela LOA, representa grave infração à norma constitucional contida no artigo 167, incisos II e V, da nossa Carta Magna que veda a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários, bem como a abertura de créditos adicionais sem prévia autorização legislativa.

Examinando os autos, verifico que a LOA (Lei Municipal nº 777/2013, Processo TC 545/2014 apenso), em seu artigo 6º, autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais de 50% do orçamento geral do município, do tipo suplementar e do tipo decorrente de excesso de arrecadação, **no caso de saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando ainda a tendência do exercício, de acordo com os artigos 41 e 43 da Lei nº 4.320/64, em seus parágrafos e incisos.**

A mesma Lei, em seus artigos 7º, 8º e 9º, previu a autorização para o Poder Legislativo, para o Fundo Municipal de Saúde e para o Instituto de Previdência, sendo que tais dispositivos não encontram amparo na LDO, que, como mencionado no item anterior, em seu artigo 29, autorizou o Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/64, **a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% do orçamento das despesas, a suplementar o orçamento por excesso de arrecadação, a transpor, remanejar ou transferir recursos orçamentários.**

Verifico dos arquivos mencionados pela área técnica (DEMCAD e BALEXO), que as suplementações e anulações orçamentárias somaram, igualmente, R\$ 14.848.805,63, não alterando a receita estimada e a despesa fixada que permaneceram no mesmo valor constante da LOA, qual seja, R\$ 24.550.332,50.

Lado outro, constato que a receita arrecadada totalizou R\$ 22.998.661,71 e a despesa empenhada totalizou R\$19.741.741,61, resultando em *superávit* de execução orçamentária, no valor de R\$ 3.256.920,10, valor este superior ao excesso de créditos suplementares abertos com anulação de dotações, no valor de R\$ 2.541.639,38.

Em assim sendo, entendo que a abertura de créditos adicionais suplementares não excedeu ao limite fixado pela LOA, mas ao limite fixado pela

LDO, sendo a gestora induzida ao equívoco, em face do erro material da LOA, que não poderia extrapolar a autorização ao Poder Executivo, expandindo-a para as unidades orçamentárias.

Entendo que fora induzida porque não cabe à gestora a elaboração das referidas leis, mas aos seus subordinados, ou contratados, com conhecimento na área contábil, cabendo-lhe somente sancionar as leis, após a aprovação pelo Poder Legislativo competente.

Constato, ainda, do dispositivo constitucional indicado que **a vedação constitucional é para abertura de crédito adicional sem prévia autorização legislativa (inciso V)**, o que não ocorreu, em face do disposto nos artigos 6º ao 9º da LOA, assim como **para concessão ou utilização de créditos ilimitados (inciso VII)**, o que também não ocorreu, pois os créditos abertos observaram o disposto na LOA e não na LDO, ocorrendo, sim, **conflito entre as duas leis**.

A despeito das previsões legais contidas na Lei Federal nº 4.320/1964, no sentido de que a autorização e a abertura de créditos adicionais são para o Poder Executivo, caso queira o Chefe do Executivo descentralizar essa competência, deve incluí-la na LDO, e na LOA, restringindo-se o limite fixado no orçamento de cada unidade descentralizada.

Ante o exposto, considerando que a gestora não estendeu por decreto a outras unidades a autorização para abertura de créditos suplementares, **o que se fez através da LOA**, divirjo parcialmente do entendimento técnico e ministerial, e **mantenho a presente irregularidade, porém sem o condão de macular as contas, expedindo-se determinação no sentido de que tal erro não mais ocorra**.

Cumprе ressaltar, ainda, em face da relevância da matéria que os resultados do órgão relativamente ao atendimento aos limites constitucionais, quais sejam:

Gastos com pessoal: Total consolidado do município 49,36% , sendo o limite 60%, e, do Poder Executivo 46,57%, sendo o limite 54%
Dívida consolidada, bem como operações de crédito e concessões de garantias, 0,00% da Receita Corrente Líquida – RCL
Aplicação de recursos na saúde 18,50% , sendo o limite mínimo 15%.
Aplicação no ensino 31,47% , sendo o limite 25%.
Remuneração dos profissionais do magistério 92,03% do FUNDEB, sendo o limite 60%.
Total repassado ao Poder Legislativo (fl. 57) R\$ 852.259,68, valor limite (7%) R\$ 852.679,01.

Por **todo** o exposto, acompanhando em parte a área técnica e o Ministério Público Especial de Contas, **VOTO** no sentido de que a 1ª Câmara deste Egrégio Tribunal de Contas assim delibere:

1. **Afaste** o indicativo de irregularidade nº **II.III da ITC** (6.1-RT), acompanhando o entendimento técnico e ministerial, em face das razões antes expendidas;
2. **Deixe** de acolher o opinamento Ministerial de **reconhecimento da inconstitucionalidade do inciso II, do artigo 29, da Lei Municipal nº 768/2013 (LDO/2014)**, em razão de sua prejudicialidade, e, acompanhando a área técnica, **afaste** o indicativo de irregularidade tratado no item 1 desta decisão (item II.I-ITC e 4.1-RT), em face das razões antes expendidas;
3. **Mantenha** o indicativo de irregularidade tratado **no item 2 desta decisão** (Abertura de créditos adicionais suplementares excede ao limite autorizado por lei - item II.II - ITC e 4.2 - RT), entendendo que esta não tem o condão de macular as contas, em face das razões antes expendidas;
4. **Emita Parecer Prévio** dirigido à Câmara Municipal de Dores do Rio Preto, recomendando a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** da Prestação de Contas Anual do Município, relativa ao exercício de 2014, sob a responsabilidade da Sra. **Cláudia Martins Bastos**, dando-lhe a **devida quitação**.
5. **Expeça determinações**, nos termos do § 2º, do artigo 162 da Resolução TC 261/2013, no sentido de que o atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Dores do Rio Preto, ou quem vier a sucedê-lo, assim proceda:
 - 5.1. **Promova** a divulgação ampla, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a presente prestação de contas e o respectivo Parecer Prévio, na forma do artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000;
 - 5.2. **Observe** o disposto nos artigos 165, § 2º e 167, incisos II a VII, bem como o disposto nos artigos 7º e 42, da Lei Federal nº 4.320/1964, **quando da elaboração das próximas Leis de Diretrizes e Orçamentária Anual**, para que a LDO apenas oriente a confecção da LOA, não extrapolando o disposto naquela, em razão da análise procedida nos itens II.I e II.II da ITC, conforme os **itens 1 e 2 da fundamentação desta decisão**.

VOTO, por fim, no sentido de que promovidas às comunicações devidas, em não havendo expediente recursal, sejam os presentes autos encaminhados ao Ministério Público Especial de Contas, para acompanhamento e providências previstas nos artigos 129 e 131 da Resolução TC 261/2013, e, após, **arquivem-se os autos**.

É como voto.

PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-3933/2015, **RESOLVEM** os Srs. conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia sete de junho de dois mil e dezessete, por maioria, nos termos do voto do relator, conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva:

- 1. Afastar** o indicativo de irregularidade II.III da ITC (6.1-RT), acompanhando o entendimento técnico e ministerial, em face das razões antes expendidas;
- 2. Deixar de acolher** o opinamento Ministerial de reconhecimento da inconstitucionalidade do inciso II, do artigo 29, da Lei Municipal 768/2013 (LDO/2014), em razão de sua prejudicialidade, e, acompanhando a área técnica, **afastar o indicativo de irregularidade** tratado no item 1 do voto do relator (item II.I-ITC e 4.1-RT), em face das razões antes expendidas;
- 3. Manter** indicativo de **irregularidade** tratado no item 2 do voto do relator (Abertura de créditos adicionais suplementares excede ao limite autorizado por lei - item II.II – Instrução Técnica Conclusiva e 4.2 - RT), entendendo que esta não tem o condão de macular as contas, em face das razões antes expendidas;
- 4. Recomendar** à Câmara Municipal de Dores do Rio Preto a **aprovação com ressalva** da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto, sob a responsabilidade da senhora Cláudia Martins Bastos, relativa ao exercício de 2014, dando-lhe a devida **quitação**;

5. Determinar, nos termos do § 2º, do artigo 162 da Resolução TC 261/2013, no sentido de que o atual Chefe do Poder Executivo Municipal de Dores do Rio Preto, ou quem vier a sucedê-lo, assim proceda:

5.1 Promova a divulgação ampla, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a presente prestação de contas e o respectivo Parecer Prévio, na forma do artigo 48, da Lei Complementar 101/2000;

5.2 Observe o disposto nos artigos 165, § 2º e 167, incisos II a VII, bem como o disposto nos artigos 7º e 42, da Lei Federal 4.320/1964, quando da elaboração das próximas Leis de Diretrizes e Orçamentária Anual, para que a LDO apenas oriente a confecção da LOA, não extrapolando o disposto naquela, em razão da análise procedida nos itens II.I e II.II da Instrução Técnica Conclusiva, conforme os itens 1 e 2 da fundamentação do voto do relator;

6. Arquivar os autos após o trânsito em julgado.

Vencido o senhor conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que votou pela emissão de parecer prévio pela rejeição das contas.

Composição

Reuniram-se na Primeira Câmara para apreciação os senhores conselheiros Sebastião Carlos Ranna de Macedo, presidente, o senhor conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva, relator, e Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun. Presente, ainda, o senhor procurador especial de contas Heron Carlos Gomes de Oliveira, em substituição ao procurador-geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 7 de junho de 2017.

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Presidente

CONSELHEIRO EM SUBSTITUIÇÃO MARCO ANTONIO DA SILVA

Relator

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Fui presente:

PROCURADOR ESPECIAL DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Em substituição ao procurador-geral

Lido na sessão do dia: **26/07/2017**

EDUARDO GIVAGO COELHO MACHADO

Secretário-adjunto das sessões